

CEGAFI-UnB: Ensino, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar e Sustentabilidade

O Centro de Estudos e Gestão da Agricultura Familiar e Inovação da Universidade de Brasília (CEGAFI-UnB) é resultado da articulação de conhecimento acadêmico, práticas de campo e inovação em prol do fortalecimento da agricultura familiar. Desde sua fundação, o Centro tem se posicionado como um espaço de referência na integração entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo ações que conciliam o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental com a inclusão social e produtiva.

Ao longo de sua trajetória, o CEGAFI estruturou uma abordagem interdisciplinar que valoriza a troca de saberes entre universidade, sociedade civil e agricultores. Suas ações têm como premissa a pesquisa-ação, promovendo intervenções práticas baseadas em diagnósticos aprofundados e colaborativos, olhares distintos no campo de políticas públicas e inovações metodológicas que não apenas enriquecem o impacto das iniciativas realizadas, mas também fortalecem a formação de estudantes e pesquisadores, permitindo que a experiência de campo contribua diretamente para a produção de conhecimento acadêmico de excelência.

O caráter ambiental sempre esteve no cerne das iniciativas do CEGAFI. Projetos focados na recuperação de áreas degradadas, no manejo sustentável dos recursos naturais e na adoção de práticas agroecológicas exemplificam o compromisso do centro com a sustentabilidade. Essas ações têm impulsionado a construção de soluções inovadoras para os desafios da agricultura familiar, fortalecendo práticas que respeitam a biodiversidade e promovem a resiliência frente às mudanças climáticas.

A produção científica é uma das marcas do CEGAFI. Artigos, livros e relatórios técnicos publicados pelo centro têm contribuído para o avanço do conhecimento sobre agricultura familiar, políticas públicas, sustentabilidade e inovação, influenciando tanto o meio acadêmico quanto a formulação de políticas públicas. Nesse contexto, destaca-se a cooperação com a Revista de Pesquisa em Políticas Públicas (RP3) da Universidade de Brasília. A RP3 tem sido uma plataforma essencial para a divulgação de trabalhos científicos que dialogam diretamente com as temáticas abordadas pelo CEGAFI, consolidando a interface entre a produção acadêmica e as demandas sociais.

A formação de jovens também ocupa um lugar de destaque na atuação do CEGAFI. Por meio de sua inserção em atividades de pesquisa e extensão, estudantes de graduação e pós-graduação têm a oportunidade de vivenciar a realidade do campo, desenvolver competências práticas e atuar como agentes de mudança. Essa conexão direta com as pessoas, com os territórios rurais e seus atributos, contribui para formar profissionais comprometidos com a sustentabilidade e a inovação social.

Outro aspecto fundamental da atuação do Centro é a construção de parcerias sólidas com diferentes atores sociais. A colaboração com governos, organizações não governamentais, movimentos sociais e comunidades rurais tem sido essencial para ampliar o alcance e a eficácia de suas ações, promovendo um diálogo intersetorial que fortalece o

desenvolvimento integrado e sustentável. Essa dinâmica encontra eco na missão da RP3, que atua como um espaço de debate e sistematização de políticas públicas, criando um elo entre as experiências do CEGAFI e a formulação de diretrizes que impactam positivamente a agricultura familiar e os territórios rurais.

Na continuidade deste texto, apresentaremos os artigos desta edição, que refletem a diversidade das iniciativas e reflexões desenvolvidas pelo CEGAFI ao longo de sua história. As seções abordarão temas centrais da agricultura familiar, com ênfase na sustentabilidade, na inovação, na produção científica e na articulação com políticas públicas.

Alguns estudos estão relacionados com a identificação de desmatamento e a regularização fundiária na Amazônia Legal e em outras regiões do Brasil e destacam a complexidade e os desafios envolvidos na gestão ambiental e fundiária brasileira, propondo soluções e ferramentas para melhorar a governança e a sustentabilidade nessas áreas. Por exemplo, o artigo “Desmatamento antes e após 2008 em 98 assentamentos da Região Ecotonal Amazônica do Norte do Mato Grosso: implicações para restauração de áreas degradadas” quantifica a área desmatada em 98 assentamentos antes e após 2008, focando em Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais (RL) e possui o objetivo de identificar métodos adequados para a restauração da vegetação nessas áreas. Já o artigo “Regularização fundiária e destaque do patrimônio público: titulação, cláusulas e condições resolutivas no estado da Bahia” analisa a política de regularização fundiária no estado da Bahia, destacando a titulação de imóveis públicos e as condições resolutivas. Nele, foram analisados 13.254 documentos expedidos pelo INCRA, revelando que 28% dos títulos foram quitados. O estudo destaca a necessidade de uma base de dados unificada e medidas para melhorar a eficiência do processo.

Um terceiro artigo (“Índice de Demanda por Regularização Fundiária: uma ferramenta de apoio ao monitoramento para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal”) propõem um Índice de Demanda por Regularização Fundiária (IDRF) como uma ferramenta para monitorar a pressão por regularização fundiária na Amazônia Legal. O índice é avaliado em 118 municípios, mostrando potencial para contribuir com o monitoramento e análise das relações entre regularização fundiária e variáveis socioambientais. Um quarto artigo (“Regularização fundiária na Amazônia Legal: quanto, onde, como e quando?”) analisa 27.878 processos de regularização fundiária, identificando regiões com maior demanda e destacando obstáculos como falta de documentação e cadastro nos sistemas CAR e SNCR. O estudo visa identificar vulnerabilidades e inconsistências no processo. Por fim, o artigo “Coordenação e articulação nas políticas públicas para o semiárido brasileiro” enfatiza a importância da coordenação e articulação nas políticas públicas para garantir sua formulação e implementação eficazes.

A eficácia de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural no Brasil, destacando dois programas principais: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) são o foco central de alguns outros artigos. Esses estudos destacam a importância de políticas públicas bem coordenadas e a inclusão de grupos vulneráveis, como mulheres rurais, para promover o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar no Brasil. Por exemplo, o artigo “PNAE e a agricultura familiar: um estudo da eficácia da Lei” analisou dados de 2011 a 2022, revelando que municípios pequenos cumprem a lei, enquanto grandes municípios

enfrentam dificuldades devido a problemas logísticos e burocráticos. O artigo “Assistência técnica para a agricultura familiar e o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) em Alagoas” focou nos efeitos da assistência técnica e extensão rural (ATER) para famílias atendidas pela EMATER em Alagoas, destacando a importância do fomento produtivo rural. Já o artigo “Políticas públicas para o desenvolvimento rural: a avaliação ex ante do Projeto Dom Helder Câmara – PDHC II” avaliou a articulação e coordenação de políticas públicas no semiárido brasileiro, com foco no PDHC, identificando dificuldades na coordenação das ações, o que comprometeu o alcance das metas do projeto. E o artigo “As mulheres rurais e o seu papel na inclusão produtiva rural: o caso do Projeto Dom Helder Câmara nos estados do Ceará e Pernambuco” identificou que o engajamento de mulheres no PDHC foi significativo em segurança alimentar, vinculação a mercados e gestão do conhecimento. Também foi constatado que o apoio de ONGs e financiamento do MDA e FIDA foram cruciais para tais resultados positivos

Por fim, o artigo “Letramento digital: uma proposta de inovação para a colheita digital de informações” descreve uma iniciativa de letramento digital desenvolvida pelo Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília (Cegafi/UnB), como parte da Ação Ride San DF+. O projeto visa promover a aprendizagem e o desenvolvimento digital através da gamificação, com foco na formação cidadã e na colheita digital de informações. A abordagem utiliza jornadas e missões para mediar o uso de ferramentas digitais, ensinando quando e como utilizá-las com segurança. Jovens de cinco assentamentos rurais na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE DF) participam do projeto, recebendo bolsas da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) e mentoria de facilitadores locais.

O CEGAFI-UnB, ao longo de sua história, reafirma seu papel como um espaço dinâmico de aprendizado e transformação. Integrando teoria e prática, ciência e sociedade, o Centro contribui para o fortalecimento da agricultura familiar enquanto promove a sustentabilidade, fomenta políticas públicas e prepara novas gerações para os desafios do futuro. A conexão com a RP3 reforça esse compromisso, ampliando o impacto das ações realizadas e promovendo o diálogo necessário entre conhecimento acadêmico e transformação social.

Mário Lúcio de Ávila

Ludgero Cardoso Galli Vieira